

# PROBLEMAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Luís Fontenla

Presidente da Comissão Galega do Acordo Ortográfico, das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, Delegado da Sociedade da Língua Portuguesa, Investigador do Centro de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade de S. Petersburg.

Em homenagem aos meus saudosos amigos Rodrigues Lapa, Azevedo Ferreira, Celso Cunha, Manuel Ferreira, Guerra da Cal, Lindley Cintra, Herculano de Carvalho, in memoriam

## INTRODUÇÃO

Sempre se veio mantendo, com ligeiras oscilações, que o galego-português gerou a língua portuguesa (HUBER, DIEZ, COSERIU)<sup>1</sup> e que se enriqueceu com a influência moçárabe; que o tronco inicial seria nortenho, a partir da velha Gallaecia romana que chegava até ao Mondego desde a Galiza actual (PIEL, LAPA, G. DA CAL, CARVALHO CALERO, HERCULANO DE CARVALHO, AZEVEDO FERREIRA, CELSO CUNHA, LINDLEY CINTRA)<sup>2</sup>, porque «Portugal nasceu de um retalho da Galiza» (TEÓFILO BRAGA) e «Porque portugueses e galegos somos um e o mesmo povo na língua e no sangue»... «O português não é outra coisa senão o galiziano que tomou caracteres próprios com a cultura principalmente quinhentista»... «Portugal, porém, tornou-se independente e progrediu à parte, enquanto a Galiza como província da monarquia espanhola ficava com a sua linguagem adscrita às condições de um dialecto pela primazia dada ao castelhanos»... «Galegos somos, pois, qualquer que seja o aspecto por onde nos observemos quando olhamos para as nossas origens históricas» (OLIVEIRA MARTINS)<sup>3</sup>.

Algum autor, erradamente ao meu ver (OLIVEIRA MARQUES), fala de uma lusitanização da língua portuguesa, outros de uma progressiva desgaleguização (Herculano, etc.), além de moçarabização; tanto num sentido sincrónico como diacrónico a língua portuguesa é uma língua histórica que evolui através do tempo, como as restantes línguas novilatinas, e que vai ganhando espaços, até ser espalhada pelos dois terços do mundo pela acção dos portugueses nos descobrimentos; os substratos, superestratos, adstratos, etc. não impedem que seja a língua mais homogênea das românicas, e a que tem uma maior unidade estrutural, apesar de ser falada na Europa (Galiza-Portugal), América (Brasil), África (PALOP) e ainda em Ásia e Oceania, por um 4% da população mundial. É a terceira língua europeia de cultura, de comunicação internacional e intercontinental, a seguir ao inglês e ao espanhol; é a segunda românica do mundo. Segundo a UNESCO falada por mais de

<sup>1</sup> HUBER, J. «Gramática do português antigo», F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986, p. 17; COSERIU, E. «El gallego en la historia y en la actualidad», 1987 II Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, pp.793-800.

<sup>2</sup> PIEL, J., «Estudos de linguística histórica galego portuguesa» 1989, Imprensa Nacional Casa da Moeda; LAPA, M.R. «Estudos galego-portugueses. Por uma Galiza renovada», 1979, Sá da Costa; GUERRA DA CAL, E. «Antelóquio indispensável», 1986, Temas do Ensino; CARVALHO CALERO «Evolução histórica da língua galega» 1985, O Ensino; HERCULANO DE CARVALHO «Ortografia e ortografia portuguesa», 1986, ICALP; «A unificação na lusofonia das terminologias científicas e técnicas», NOS, 1994; AZEVEDO FERREIRA «Estudos de História da Língua Portuguesa» Obra dispersa; UM 2001; CUNHA, C. & CINTRA, L.L. «Gramática do português contemporâneo», 1984, Sá da Costa.

<sup>3</sup> OLIVEIRA MARTINS, La Pátria Gallega', Santiago, 30 - V - 1891, nº 5, p.9.

230 milhões de pessoas nos cinco continentes (EDITE ESTRELA)<sup>4</sup> no ano 2000, no passado século.

Aos moçárabes faltavam centros difusores culturais importantes que pudessem servir de pontos de referência (MATTOSE)<sup>5</sup>, e mesmo análises pormenorizadas dos textos galego-portugueses das cantigas, dos documentos notariais, etc. permitiriam ver – nomeadamente nas cantigas medievais, que eram para cantar, não convém esquecê-lo – as influências provençais, etc., que vinham junto com os cruzados franceses, especialmente borguinhões, assim como a comunicação com comunidades europeias introduzidas em Portugal e na Galiza pela expansão de Cluny (BARBOSA)<sup>6</sup>; mas substratos, adstratos, etc. de origem germânica se mantêm como é bem sabido em topónimos e antropónimos (PIEL)<sup>7</sup>.

Quer-se dizer com isto que a Língua Portuguesa é homogênea, de grande unidade estrutural, e até com diversos processos de evolução em simultâneo na actualidade, com português arcaico na Galiza e norte de Portugal, Madeira e Açores; estagnação no Brasil nalguns aspectos, como acontece aliás com o espanhol de América Latina, ou em partes não castelhanas da Península Ibérica (Estremadura, Andaluzia, Canárias, etc.; RAE)<sup>8</sup> que mantêm mais rica fonologia que a propriamente castelhana. Ainda nos PALOP, em geral na esteira do português europeu da antiga metrópole, Portugal, etc., começa a manter derivas (*drifts*), como acontece entre espaços do Brasil, de norte a sul. Mesmo que existam o português da Galiza, de Portugal, do Brasil e dos PALOP, e também dentro de cada espaço diferentes linguajares, co-dialectos, sotaques, etc., a unidade estrutural da nossa Língua Portuguesa é superior com muito à do espanhol, italiano, francês, romeno, etc.

Mas, língua falada em tão alargados espaços precisa de uma política comum em aspectos essenciais de qualquer diassistema: fonológico, gramatical e de léxico; quer dizer de uma planificação linguística (language planning) comum a toda a lusofonia: Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Olivença, Timor, Macau, etc., e ainda nos organismos internacionais em que é língua oficial ou de trabalho (EU, OEA, OUA, OIT, OMS, AIJ, ICO de ONU, etc.).

Conforme o latim vulgar é o latim falado em oposição ao latim escrito (KROLL, in ANDRADE, CONCEIÇÃO)<sup>9</sup>, o uso do *sermo nobilis* se entende diferente do *sermo usualis* e do *vulgaris* e *rusticus*, os quais devem também conviver no galaico-português, que evoluirá para por-

tuguês posteriormente, mas mantendo a sua unidade estrutural como língua comum a norte e sul do Minho, mau grado a influência, em termos sociolinguísticos, do castelhano sobre o português da Galiza, caso similar ao estudado em Olivença (FÁTIMA MATIAS, ÁLVARO LUNA)<sup>10</sup>, em que o castelhano intercepta ou interfere o português.

No caso de Olivença até se pode afirmar que uma fala do espanhol, o estremenho, interfere o português a nível coloquial, de fala, enquanto na escola se ensina o espanhol-castelhano face ao português. De este modo ao haver línguas em contacto, se produz diglossia, e até diglossia por deslocação (FERGUSON, GIL HERNÁNDEZ, RABUNHAL)<sup>11</sup>, em que fica como língua A ou principal o espanhol e como língua B, ou subordinada, o português.

Este fenómeno é perceptível na Galiza e Olivença actualmente, gerando-se assimilação cultural (BR A)<sup>12</sup> e processos de colonização linguística (FIGUEROA, FONTENLA)<sup>13</sup>, em prejuízo da nossa língua portuguesa; e o que é mais grave, na Galiza a imposição da ortografia e morfologia do castelhano à língua portuguesa (FONTENLA, GIL HERNÁNDEZ, BR A, HERRERO, etc.)<sup>14</sup>, além da sua sintaxe e fonética, desnaturaliza a nossa língua e a põe sob a órbita do espanhol (CARVALHO CALERO, G. DA CAL, FONTENLA)<sup>15</sup>.

Para avaliar a unidade estrutural da língua, alguns autores analisam o galaico-português da Gallaecia Magna (PIEL)<sup>16</sup> e a sua independência face a outras línguas românicas da Península Ibérica (castelhano, basco, catalão, das quais só a primeira e última novilatinas). Aquela consolida-se de norte a sul com a reconquista após a romanização e mantêm substratos (BALDINGER, PIEL)<sup>17</sup> e superstratos de origem suévica, gótica (ANDRADE, CONCEIÇÃO, PIEL)<sup>18</sup>, que influirão na fonologia, morfologia, sintaxe e léxico, dando um carácter especial à nossa língua até hoje, que mantêm a mesma unidade a norte e a sul do Minho, nos falares, léxico, sintaxe, fonologia comum, mau grado as autoridades políticas quererem afastar o português da Galiza do de Portugal a partir de 1983, ao imporem a ortografia e morfologia do castelhano ao português da Galiza (FONTENLA, VILAR TRILHO, GIL

<sup>4</sup> ESTRELA, E. «A língua portuguesa na diáspora» Mealibra, n.º 3 – 4, Outubro 1999, Viana do Castelo, CCAM, p.9 e e.

<sup>5</sup> MATTOSE, J. citado in História da Literatura portuguesa por ANDRADE e CONCEIÇÃO, Alfa, 2001 «Das origens e formação da Língua Portuguesa aos primeiros textos escritos».

<sup>6</sup> BARBOSA, citado in História da Literatura Portuguesa por ANDRADE & CONCEIÇÃO, Alfa 2001 op.cit.

<sup>7</sup> PIEL, J.M. op.cit. vide nota 2.

<sup>8</sup> RAE («Real Academia Española»), «Ortografía de la lengua española», Espasa, 1999, julho, Madrid.

<sup>9</sup> KROLL citado in História da Literatura portuguesa por ANDRADE & CONCEIÇÃO Alfa, 2001, op.cit.

<sup>10</sup> MATIAS, F. «Português e espanhol em contacto em Olivença» Nos, 1986; LUNA, A «Nos caminhos de Olivença», 1996

<sup>11</sup> GIL HERNANDEZ, A. RABUNHAL «O conceito de diglossia segundo Ch. Ferguson e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação», 1989, NÓS.

<sup>12</sup> BREA, A. «A normalização linguística – o caso Galiza da lusofonia europeia», Temas do Ensino, 1990.

<sup>13</sup> FIGUEROA, A. «Acerca da contaminação ideológica e linguística» 1986, O Ensino; FONTENLA, J. L. «Breve história do conflito linguístico na Galiza: a normativa do galego desde a II República até hoje» 1986, Temas do Ensino.

<sup>14</sup> FONTENLA, op.cit. vide nota 13; GIL HERNÁNDEZ «Aproximação à análise dos discursos sobre a língua em textos de filologia oficial na Galiza» 1984, Actas I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza; BREA, op. cit.

<sup>15</sup> CARVALHO CALERO, GUERRA DA CAL, FONTENLA op.cit. vide supra.

<sup>16</sup> PIEL, J.M. op. cit. in História da Literatura Portuguesa, Alfa, 2001.

<sup>17</sup> BALDINGER, PIEL op. cit. em nota 16.

<sup>18</sup> ANDRADE, CONCEIÇÃO; PIEL, op. cit. em nota 16.

HERNÁNDEZ, BR A, DURÃO, CUHNA, CINTRA, HOUAISS, AZEVEDO FERREIRA, HERCULANO DE CARVALHO, G. DA CAL, CARVALHO CALERO, JOSÉ LUIS RODRIGUEZ, AZEVEDO FILHO, S. ELIA, AMADEU TORRES, SALVATO TRIGO, etc.)<sup>19</sup>.

Em todo o caso, a Língua Portuguesa – falada também em Olivença, em zonas limítrofes das Astúrias, Castela-Leão, que eram território galego até à divisão administrativa de 1833 do ministro espanhol Javier de Burgos – falada, em fim, até onde chegam as isoglossas do nosso comum idioma português (FONTENLA, CINTRA)<sup>20</sup>, mantém uma unidade estrutural superior às outras línguas de cultura europeias novilatinas e germânicas; mas precisa de uma política comum a nível de toda a lusofonia (FONTENLA, COELHO)<sup>21</sup>.

Não parece ainda esclarecida a problemática da moçarabização do português, nem que surgisse de dialectos de Coimbra ou Lisboa, como afirmam controversamente diversos autores (PAIVA BOLEO, AZEVEDO, PIERRE DAVID, MEIER, SILVA NETO, AZEVEDO FERREIRA, PIEL, LAPA, COSERIU, MORAIS BARBOSA, etc.)<sup>22</sup> ou pela reconquista de norte a sul, mas tenho para mim que a Língua Portuguesa pela acção do humanismo no renascimento, como, aliás, aconteceu no espanhol, etc., ultrapassa limites de arcaísmos ou arcaizações, que, no entanto, se mantêm em linguajares rústicos e de escasso ou nulo uso urbano e culto na situação

actual da Galiza, não deixando por isso de ser estruturalmente a mesma língua. Aí é que o português evoluiu muito a partir do quinhentismo.

As invasões germânicas deixaram marcas na língua em toponímia, antroponímia (AZEVEDO, FERREIRA, PIEL, etc.)<sup>23</sup> e o árabe também, nomeadamente na toponímia e no léxico; há quem pense que sem a invasão árabe, a reconquista em cada espaço, etc., não haveria a fragmentação linguística, e teria acontecido como na Gália, onde predominava uma só língua. Se se entender a língua como fragmentação a partir da resistência à invasão árabe, sem esquecer a romanização (S.ELIA)<sup>24</sup>, e os substratos e superstratos de que falamos antes, aparecem cinco focos gerando diferentes línguas: a Ocidente, o galaico-português, hoje Língua Portuguesa; ao centro, astur-leonês e castelhano; e a oriente, o navarro – aragonês e o catalão. Língua não novilatina é o basco, a centro norte que ainda hoje se conserva, que nada tem a ver com as línguas geradas do latim.

O próprio Cintra afirmou que, embora na Galiza se insista por vezes na expressão Língua Galega, a verdade é que na opinião de grandes mestres da lingüística a situação não é diferente da do Brasil, afirmando que o recente fenómeno da consolidação e expansão da variedade galega, apesar das diferenças nascidas e firmadas ao longo de tantos séculos pela separação política, não impede a pertença ao complexo lingüístico galego – português (CINTRA, LAPA, CUNHA, PIEL, etc.)<sup>25</sup>; Lapa falava ainda do «drama da Galiza que afecta a nós todos», pedindo a união em padrão comum dos falares do mesmo diassistema, ao igual que Guerra da Cal, Carvalho Calero, Cintra, C. Cunha, etc.

Foi por isso que entrevistamos os galegos nos dois Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa de 1986 e 1990, solicitando não apenas a participação dos PALOP, mas também uma ortografia e ortofonia comum (FONTENLA, FIGUEROA, etc.)<sup>26</sup>, uma dicionarística comum; política comum para as indústrias da língua e as novas tecnologias; este pedido do século passado não foi atendido ainda e o Acordo Ortográfico está sem implementar por negligência dos poderes políticos; acontece que os problemas da língua deviam solucionar-se através das Academias, sem interferências políticas, como acontece aliás com o espanhol, em que as Academias acordam o necessário em reformas ortográficas, dicionarística, etc. sem serem subservientes do poder político.

#### PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA COMUM EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O SÉCULO XXI

A Língua Portuguesa está a atravessar um período de convulsão por mor das novas tecnologias, das indústrias da língua, da terminótica, etc.

<sup>19</sup> FONTENLA op.cit.; VILAR TRILHO «Lasciate ogni speranza. As sentenças do Tribunal Constitucional resolutorias dos recursos de inconstitucionalidade contra as leis de normalização lingüística basca, catalã e galega» 1987, Agalia; GIL HERNANDEZ op.cit; BREA, op.cit; DURÃO, C. «A ortografia comum galego-portuguesa» 1986, Temas do Ensino; CUNHA, C. & CINTRA L.L. op. cit.; HOUAISS, A. «O português no Brasil» 1985, Unibraide; AZEVEDO FERREIRA, op.cit.; HERCULANO DE CARVALHO, op.cit.; GUERRA DA CAL, op. cit; AZEVEDO FILHO «Propostas de unificação entre Portugal e o Brasil e sobre ortografia e morfologia do galego», 1985, Temas do Ensino; ELIA, S. citado por ANDRADE & CONCEIÇÃO in op. cit.

<sup>20</sup> CINTRA, L.L. «Gramática do português contemporâneo» com CUNHA, C., 1984, Sá da Costa.

<sup>21</sup> FONTENLA, J. L., COELHO, G.S. «A lusofonia a haver: ortografia, ortologia, ortofonia, terminologia, no futuro do português» (no prelo/ Sociedade da Língua portuguesa), 2001.

FONTENLA, J.L.: «Língua Portuguesa e Acordo Ortográfico». Mealibra, CCAM, pp.45-50, Viana do Castelo, 1999; idem em «Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero» Parlamento da Galiza-Universidade de Santiago, pp.537-550, Santiago, 2000; «Lusofonia a ser: Galiza, Portugal, Brasil, PALOP. Planificação linguística e Acordo Ortográfico», Mealibra, pp.119-125, Viana do Castelo 2000; «Lusofonia e acordo ortográfico: ortologia, ortofonia, ortografia, terminologia e indústrias da língua», Sol XXI revista literária, pp.59-66, Carcavelos, 2000; «Lusofonia/Lusografia na viragem do milénio» Revista de Humanidades e Tecnologias, Universidade Lusófona, pp.118-124, Lisboa, 2001; «Problemas da língua portuguesa», Cadernos Vianenses, pp.39-54, Viana do Castelo, 2001; «Sobre o acordo ortográfico da língua portuguesa» Congresso Internacional O Espaço Lusófono, CELB, Universidade de S.Petersburgo (no prelo); «Língua e cultura portuguesa: Galiza, Portugal, Brasil, PALOP no fim de milénio. Estratégias de futuro», Colóquio Internacional «Fim de século/fim de milénio», Universidade do Minho, Braga, (no prelo); «Galiza/Lusofonia: ortografia, ortofonia, terminologia, NTL, face ao novo milénio» Editora Novo Imbondeiro, Cascais (no prelo)

<sup>22</sup> PAIVA BOLEO «Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas», 1974, Coimbra; AZEVEDO, RUI DE «Período de formação territorial: expansão pela conquista e a sua consolidação pelo povoamento», cit. por AZEVEDO FERREIRA, op.cit.; DAVID, P. citado por PAIVA BOLEO in «Estudos de Lingüística Portuguesa e Românica»; MEIER, H. «A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas» Biblos, 1943; SILVA NETO, S., «História da Língua Portuguesa», 1970; AZEVEDO FERREIRA, J. op.cit.; PIEL, J.M. op.cit.; LAPA, RODRIGUES, M. «Estudos galego-portugueses», 1979; COSERIU, E. op. cit.; MORAIS BARBOSA «A língua portuguesa no mundo», 1969.

<sup>23</sup> op.cit.

<sup>24</sup> op.cit.

<sup>25</sup> op. cit.

<sup>26</sup> FIGUEROA, op.cit; FONTENLA, J. L. «O Acordo ortográfico de 1990 – crónica de uma semana de cinco dias» Nós, 1994.

Que haja na língua histórica (COSERIU)<sup>27</sup> variantes sincrónicas, sintópicas, sinstráticas e sinfásicas não significa que deva prevalecer o dialectológico alicerçado numa variante sintópica diferente da padrão (ROJO)<sup>28</sup>; mas a verdade é que, em geral, nas Gramáticas a língua portuguesa da Galiza aparece como variante galega ou co-dialecto do português padrão; em situação similar estariam outros dialectos ou línguas-jares de Portugal (CINTRA)<sup>29</sup>, Brasil (HOUAISS, CUNHA)<sup>30</sup> ou da Galiza, devendo ainda ter-se presentes os falares dos Açores, da Madeira, de Olivença, ou das localidades de fala portuguesa de Eljas, S.Martim de Trevejo, Valverde del Fresno na Estremadura espanhola, ou dos territórios das Astúrias e Castela-Leão, que pertenceram ao território galego até 1833, e onde ainda se fala a Língua Portuguesa da Galiza, e se reclamam hoje aulas de português.

O mirandês, como leonês residual oficializado em Portugal, supõe que Portugal é um Estado bilingue; diferente é o caso dos PALOP, com línguas africanas ou nacionais a conviverem com a língua oficial portuguesa; ou no caso de existirem crioulos gerados a partir da nossa Língua Portuguesa. Brasil tem ainda línguas ameríndias não reconhecidas oficialmente, a conviverem com o português do Brasil.

É natural que as línguas europeias de cultura estejam submetidas a verdadeiras mutações provocadas pelas indústrias da língua, as novas tecnologias, a informática, a telemática, etc., porque são línguas de uso internacional e intercontinental e servem para a comunicação de grande parte da Humanidade.

Eis a razão pela qual, para a defesa da Língua Portuguesa como o diassistema que constitui a 2ª língua românica do mundo e 3ª europeia de cultura com mais de 230 milhões de falantes em 2000, no século passado, segundo a UNESCO, levantamos vários problemas e propomos várias soluções, precisamente neste Ano Europeu das Línguas (2001) do novo século XXI, em que não podemos deixar-nos ir sem planificar uma política coerente comum em defesa da nossa comum língua (*language planning*).

Em primeiro termo, o diferendo luso-brasileiro «afecta a nós todos»; há duas formas de escrever o português, três se sumarmos a forma espanhola imposta à variante portuguesa da Galiza em 1983, por aplicação do decreto de 1982, que impõe a ortografia e morfologia do castelhano à nossa língua; e esse diferendo não se resolveu com os acordos ortográficos de 1986 (da «Ortografia Simplificada») e de 1990 (da «Ortografia Unificada») em que tivemos a honra de intervir encabeçando uma Delegação da Galiza e propondo diversas opções (FONTENLA, BREA)<sup>31</sup>.

Portanto, de um modo inadiável e urgente a implementação iminente do acordo ortográfico deveria tornar-se a primeira decisão política e cultural em defesa da língua portuguesa.

Em segundo lugar, só existe um Prontuário da Língua portuguesa que recolhe as três propostas vigentes da escrita da língua (D'Silvas)<sup>32</sup>, em português de Portugal, do Brasil e do acordo ortográfico da língua portuguesa de 1990; isso significa que a Língua Portuguesa não está a ser bem defendida a nível mundial e nos organismos internacionais, em que é língua oficial ou de trabalho.

Existe a Gramática de Português Contemporâneo de Cunha e Cintra, já falecidos, e que deve ser revista e actualizada, introduzindo nessa altura o português da Galiza dentro do padrão europeu.

É evidente que todas estas produções – acordo ortográfico, Prontuários, Gramáticas – devem ser preparadas para uso informático e das NTI (Novas Tecnologias da Informação), para o correcto ensino-aprendizagem da nossa língua, para o seu uso por tradutores e intérpretes, bem como nas indústrias da língua, etc.

E na Dicionarística opinamos o mesmo; não deveria existir uma Dicionarística divergente e dispersa na actual situação histórica da Língua Portuguesa; há que unir esforços e se os Dicionários brasileiros e portugueses em geral são bons, não deveriam fazer-se de costas viradas uns para os outros; assim, o Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, recentemente saído do prelo (Primavera de 2001), contém possibilidades de melhores opções, não apenas quanto ao léxico mas também quanto às opções ortoépicas, etc. Sem descurar ou deixar de lado as falas do Norte até à Galiza ou das ilhas da Madeira e dos Açores, etc., deveria, de outro modo, ter atendido a outros dicionários portugueses e brasileiros e ter-se feito com critérios do século XXI e não do século XIX ou XX, já ultrapassados. E devia ter optado, com certeza, pelo suporte informático como já vem a acontecer há tempo na dicionarística brasileira e portuguesa, onde se podem obter óptimos dicionários na nossa língua com esse suporte, para além do tradicional de papel.

É um dado assente que as grandes potências económicas e comerciais, que a globalização autoriza a penetrar em mais alargados e vastos espaços, fazendo cada vez maior a distância entre países desenvolvidos e do terceiro mundo, exigem línguas eficazes e da maior extensão possível; assim, necessitam do espanhol da América Latina e não de Espanha, o português do Brasil e não de Portugal, etc. Isto é notório e as Universidades querem trabalhar com essas grandes áreas linguísticas, assim como os poderes económicos, os organismos internacionais, etc., pelo que a unificação ortográfica que temos vindo a reclamar desde 1985 (FONTENLA, POLNAH, CARVALHO, ALVES CRISTÓVÃO, HERCULANO DE CARVALHO, CINTRA, CUNHA, etc.)<sup>33</sup> deveria implementar-se o antes possível e não adiar-se por mais tempo, o que seria grave erro e traria um alto preço para a nossa língua, que enfrenta luta glotopolítica

<sup>27</sup> Op. cit.

<sup>28</sup> ROJO, G «El lenguaje, las lenguas y la lingüística» 1986 Univ. de Santiago.

<sup>29</sup> CINTRA. op.cit.

<sup>30</sup> Op. cit.

<sup>31</sup> FONTENLA & BREA, «Sobre o acordo ortográfico de 1990», Fac. Filologia, Olsbos, Univ. Santiago, 1989.

<sup>32</sup> D'SILVAS FILHO «Prontuário Universal» «Erros corrigidos de Português» «Ortografia, Sintaxe, Fonética» Texto Ed. 1999.

<sup>33</sup> FONTENLA op.cit. POLNAH, L.A.D. «A língua galega e as línguas étnicas africanas», 1987 O Ensino; CRISTÓVÃO F «Notícias e problemas da Pátria Língua» ICALP, 1985; HERCULANO DE CARVALHO, op.cit.; CINTRA & CUNHA op. cit.; FONTENLA, op.cit.

em todos os espaços da lusofonia – na Galiza – Portugal, Brasil, PALOP, Timor, Macau, etc. – com outras línguas como o espanhol, o francês, o inglês, o bahasa (indonésio), o chinês, etc.

Só assim se defenderá a língua portuguesa e os direitos dos povos que a usam, ou a têm como nacional ou oficial. Daí que nós tenhamos solicitado reiteradamente uma ortografia padrão uniformizada, se possível única, e uma ortofonia ou ortologia mínima comum (FONTENLA)<sup>34</sup>; ortofonia que se aplicaria em escolas e universidades e MCS-meios de comunicação social-, evitando o mais possível as derivações (*drifts*) da nossa língua, hoje usada em alargados espaços das cinco partes do mundo.

Já no século XXI devia estar devidamente esclarecido o diferendo Luso-Brasileiro e mesmo a questão galega, olivetina, etc., pois como a linguística tem explicado perfeitamente, nomeadamente a partir dos anos 80 do século passado, e como a proliferação de acordos ortográficos nas diferentes línguas – e não só na portuguesa – tem vindo a demonstrar, os tempos mudam e as línguas também mudam com os tempos. Assim, «uma língua apresenta, em primeiro termo, diferenças situadas no eixo temporal... (As línguas) Apresentam ao longo da sua evolução diferenças que chamamos diacrónicas (do grego *dia* – através – e *kronos* – tempo)..., geográficas ou diatópicas (de *dia* – através – e *topos* – lugar), socioculturais ou diastráticas (*dia* – através – e *stratum* do latim), diafásicas (*dia* – através – e *fasis* – expressão), por exemplo a variedade formal e a coloquial. Mas também apresentam «variedades sincrónicas (de *sin* – com –, *kronos* – tempo) sintópicas, sinstráticas e sinfásicas... Uma variedade sincrónica de uma língua é, com efeito, uma entidade interna dessa língua em que não se dão diferenças diacrónicas. De este modo, melhor ou pior caracterizados, o castelhano actual tal como o castelhano do Século de Ouro são variantes sincrónicas da língua castelhana...

Da mesma maneira, as variedades sintópicas, ou dialectos, são as diversas manifestações de uma língua num território determinado do domínio linguístico que ocupa, «espanhol de Andaluzia», «espanhol mexicano», «espanhol de Buenos Aires»,...

Uma variedade sinstrática (ou nível) é uma entidade linguística interna de uma língua em que se não dão diferenças de tipo diastrático (castelhano culto ou castelhano vulgar)... As variedades sinfásicas, chamadas também estilos ou registos são realizações de uma língua em que não aparecem diferenças diafásicas, como o castelhano formal ou coloquial...

Portanto, cada língua possui em seu interior um conjunto de variedades sincrónicas, sintópicas, sinstráticas e sinfásicas. É necessário ter em conta que todos estes tipos de variedades se cruzam, de maneira que para obter a caracterização adequada de uma das manifestações de uma língua haverá que aludir à sua adscrição a cada um destes quatro

parâmetros. Ao dizer «o espanhol actual», por exemplo, estamos eliminando a variante diastrática, mas não despejamos as diferenças de tipo diatópico, diastrático e diafásico... Não é difícil ver as importantes consequências destas considerações. Uma língua (o que Coseriu chama «língua histórica», como o espanhol, o inglês, etc.) está constituída por um conjunto de variantes sincrónicas, sintópicas sinstráticas e sinfásicas que se cruzam. Todas as variantes do espanhol são realizações ou manifestações do espanhol (isto é, são espanhol), mas nenhuma delas é o espanhol (quer dizer, nenhuma delas é a única realização dessa língua). Cada variante sincrónica, sintópica, sinstrática e sinfásica constitui, na terminologia de Coseriu, uma língua funcional. Uma língua histórica está formada, portanto, por um complexo de línguas funcionais...»

«Ora bem, a variante descrita nos tratados gerais é precisamente a variante padrão, no nível culto e no nível formal. Deve ficar claro que todas as outras variantes são também realizações da língua histórica e, portanto, possuem os mesmos direitos que a variante padrão de uma perspectiva linguística. Porém, o facto de que a padrão se sobreponha às outras, sem as anular, a converte na variante mais representativa da língua histórica e por conseguinte na melhor candidata para as descrições gerais»

E acrescenta ainda o professor Rojo: «Como acabamos de ver, as línguas estão constituídas por uma série mais ou menos alargada de variantes sincrónicas, sintópicas, sinstráticas e sinfásicas, cada uma das quais constitui uma unidade diferenciada, uma língua funcional no interior de uma língua histórica... Para descrever que por cima das diferenças das variantes existe uma unidade que comanda e outorga congruência ao conjunto, a Linguística elaborou um conceito, o de diassistema... Cada variedade sincrónica, sintópica, sinfásica e sinstrática é, com efeito, um sistema linguístico, que pode ser considerado e descrito autonomamente... Ora bem, do momento em que dizemos de uma entidade linguística que é uma variante, estamos a referir implicitamente que o é no interior de uma unidade. O conceito de diassistema persegue precisamente a captação deste factor unitário que faz com que uma variante seja congruente com as outras... O diassistema coincide com a língua, a língua histórica, em terminologia de Coseriu. Assim pois, o inglês, a língua inglesa, é um diassistema em cujo interior existe um número de sistemas linguísticos parcialmente diferentes e parcialmente semelhantes (as variantes de determinados tipos). O mesmo acontece aliás com o castelhano, o francês, o alemão, etc.» (ROJO)<sup>35</sup>.

A longa citação vale a pena para entendermos bem a situação da língua portuguesa, bem mais homogênea do que o castelhano, o francês, o alemão, etc., mas que infelizmente mantém ainda no século XXI várias maneiras diferentes de escrever o mesmo diassistema, a mesma língua histórica, como diria o meu caro amigo o professor Coseriu. E isso

<sup>34</sup> Op.cit

<sup>35</sup> ROJO, op.cit.

quando já existem reformas ortográficas das principais línguas de cultura europeias que nascem precisamente para manter um critério de unidade estrutural, tanto num sentido diacrónico como sincrónico. Pense-se, por exemplo, nas últimas reformas do espanhol de junho de 1999 (RAE)<sup>36</sup>, do alemão (1996)<sup>37</sup>, do neerlandês (1995)<sup>38</sup>, etc.

### TERMINÓTICA E INDÚSTRIAS DA LÍNGUA

Interessa aqui considerar a terminótica e as indústrias da língua para consolidar a Língua Portuguesa a par das outras línguas europeias de cultura e de dimensão internacional e intercontinental, caso do inglês, do espanhol, etc.

A terminótica é o tratamento informático dos termos e faz parte do domínio de pesquisa dentro da informática da linguística aplicada (CABRÉ)<sup>39</sup>, mas é também um conceito pragmático vinculado à industrialização da língua (indústrias da língua) e que diz respeito ao tratamento de textos escritos e produções orais. A informática e a prática terminológica, a inteligência artificial e as indústrias da língua, a ofimática – ou conjunto de actividades de administração e gestão tratadas informaticamente – e os bancos de dados, etc. devem fazer com que se implemente uma política comum de toda a lusofonia: Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, etc.

Só assim a Língua portuguesa terá difusão através das indústrias da língua, que se definem pelo desenvolvimento, a produção e a comercialização das novas tecnologias da informação (NTI), aliás, apertadamente ligadas à informática e ao estudo sistemático das línguas.

Para além do mais, a intercomunicabilidade no processo informático de hoje na área da terminótica, permite a consulta simultânea e a fixação do neologismo terminológico ou unidade terminológica com univocidade, embora seja uma convenção (LERAT)<sup>40</sup>.

O vocabulário da língua corrente reflecte a memória colectiva (a lusofonia, portanto, da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP) «e o termo sugere especialistas no interior de um grupo socio – profissional» (MOCHO)<sup>41</sup>, mas em todo o caso a unidade estrutural da língua se consolida na terminótica e nas indústrias da língua, e pode contribuir poderosamente para a padronização formal da nossa Língua Portuguesa.

O português do futuro dependerá apertadamente deste processo de padronização linguística, se tão cedo quanto possível se resolver ade-

quadamente o processo da unificação ortográfica e se utilizar a informática, a terminótica, as indústrias da língua e as novas tecnologias para a difusão da Língua Portuguesa a nível mundial, a par de outras línguas europeias de cultura de dimensão internacional e intercontinental, caso do inglês, do espanhol, etc.

Uma política cultural e de pesquisa comum por parte de toda a lusofonia (Galiza, Portugal, Brasil, PALOP), permitiria avançar rapidamente na consolidação do português na internet, na dicionarística computacional, na terminótica, na ofimática, etc., pondo as NTI (Novas Tecnologias da Informação) para já ao serviço da divulgação da Língua Portuguesa em todo o mundo.

Uma verdadeira planificação linguística deve levar em linha de conta os Acordos Ortográficos, uma Ortofonía ou Ortología mínima, bem como a Dicionarística, a Terminologia comum e a Terminótica, para além das indústrias da língua.

Salienta-se que já no século XXI os avanços deviam ter sido maiores e deveria existir uma política comum de cooperação lusófona entre todos os espaços lusófonos na Europa (Galiza-Portugal), América (Brasil) e África (PALOP), com projectos bem definidos para defender a Língua Portuguesa em toda a parte, e não apenas nos países que a têm como nacional ou oficial, senão também em organismos internacionais, redes da internet, etc.

Só assim é que avançará a Língua Portuguesa no mundo, que serve a um 4% da população mundial nos 5 continentes.

Desde a pátria da língua fazemos votos para que assim seja neste novo século, em bem da lusofonia toda e de toda a humanidade.

<sup>36</sup> Op. cit. RAE

<sup>37</sup> IGLESIAS, J. L. «Acheegas sobre a reforma ortográfica do alemão» NOS, 1996 – 1998.

<sup>38</sup> PEETERS, I. J. «A união da língua neerlandesa como exemplo para a língua galego-portuguesa» Actas II Congresso da Língua galego-portuguesa na Galiza, 1989.

<sup>39</sup> CABRÉ, M. T. «La terminología. La teoría, les metodes, les aplicacions» Les Naus d'Ampuries, 1992.

<sup>40</sup> LERAT, P. «Le changement terminologique» 1990.

<sup>41</sup> MOCHO, C. «Terminótica, um novo conceito» Termip, 1990.